

Pretória e os bandos de desestabilização

18. 10. 1982

por Etevaldo Hipólito

Nos debates há pouco travados nas Nações Unidas, a expressão unânime era de censura e condenação ao regime de Pretória. Centenas de delegados em representação dos mais diferentes governos encontraram como ponto comum o repúdio à odiosa discriminação estabelecida pelos dirigentes sul-africanos como política de Estado. O racismo — constataram os delegados presentes — caminha de mãos dadas com a repressão.

Como exemplos da política de violência levada a cabo contra a maioria da população foram citadas as frequentes operações policiais-militares para empurrar os negros das áreas reservadas aos brancos, as detenções arbitrárias por tempo indefinido, as torturas e assassinatos de presos políticos, além das renovadas ordens de banimento contra determinadas figuras que se opõem ao sistema. Os discursos testemunharam o horror de uma parte significativa da humanidade perante as mortes na prisão de Steve Biko e Neil Aggett, que em si mesmas constituem um veemente libelo contra a rotina vivida sob o regime de apartheid.

Esta denúncia pública, documentada e contundente, coincide com outra formulada pelos Não-Alinhados. Um comunicado emitido no final da mais recente conferência a nível de embaixadores e ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros deste movimento, coloca a África Austral como um dos pontos marcantes de preocupação para o mundo de hoje. No documento se encontra implícito um apelo a todos os governos amantes da paz para que repudiem as pressões feitas contra os povos da região que procuram alcançar uma independência verdadeira. Um dos principais empecilhos à concretização deste sonho se encontra na espúria aliança existente entre Pretória e Telavive.

DESTACAMENTOS RACISTAS

As ideologias que norteam ambos os governos — o apartheid e o sionismo — já mereceram a condenação da comunidade internacional através das Nações Unidas. E é este mesmo pensamento, assentado no racismo como forma de regular

as relações humanas, que determina as áreas de cooperação entre as duas capitais, colocando em risco a África Austral.

O de preocupação, tanto no selo da ONU como no dos Não-Alinhados, encontra-se na interferência aberta e descarada que o regime sul-africano está a fazer nos países vizinhos, com vistas a subverter a situação interna. Juntamente com as agressões à República Popular de Angola e a ocupação ilegal da Namíbia, os racistas organizaram destacamentos armados para actuarem em Moçambique e no Lesotho. As ofensivas desencadeadas contra o governo de Maseru aparecem sob a fachada de um grupo armado de oposição, cujos vínculos com a África do Sul são cada dia mais conhecidos em profundidade e extensão. Todos os ataques até agora desfechados partiram de território sul-africano e nele os seus autores, uma vez consumados os crimes, encontraram abrigo.

O «Lesotho Liberation Army» e o MNR lançado contra Moçambique têm vários pontos em comum, ditados pelas circunstâncias que forçaram a sua criação. O primeiro deles diz respeito ao próprio facto de surgirem como resposta à necessidade dos racistas sul-africanos localizarem suas extensões no interior mesmo dos territórios que procuram desestabilizar. De outra forma seria impossível contar com uma situação de insegurança permanente que, de acordo com os seus planos, viesse transformar-se em crise económica e política suficientemente fortes para desembocarem na desagregação do poder nos países visados.

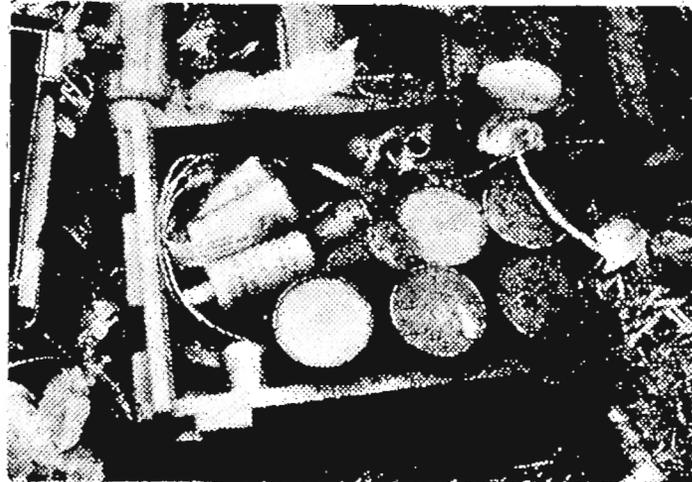
FRACASSO DIPLOMÁTICO

A intensificação desta ofensiva contra Moçambique e o Lesotho, significa que as pressões exercidas no campo internacional, no sentido de desacreditar e isolar os seus respectivos governos não alcançaram o efeito desejado. Nos meios diplomáticos ficou evidente que a rede de intrigas tecida em torno de Maputo e Maseru nada mais visava senão transferir para o exterior as causas de um problema cujas verdadeiras raízes se encontram no regime de apartheid.

A constatação feita é de que se existe uma oposição activa

ao governo da África do Sul é porque as autoridades locais levaram a que milhares de pessoas assumissem esta atitude. As análises dos exodos forçados que deram origem a um grande número de exilados permitiram compreender a natureza discriminatória e repressiva da política vigente em território sul-africano e apontou para as fontes reais dos problemas existentes na região.

Os actos de agressão planeados contra os dois países tinham, pois, que serem materializados sob a aparência de resultado de crise interna, como o culminar de conflitos gerados no entrechoque de linhas políticas contrastante — o governo questionado por sectores divergentes. Se esta «oposição» não



Parte de material de procedência sul-africana capturado ao MNR de Pretória

existisse, era preciso inventá-la. E assim nasceram os bandos armados.

O MNR DE PRETÓRIA

O MNR de Pretória surge como uma resposta à necessidade dos racistas de conduzirem, passo a passo, as tentativas de desestabilização do governo popular e revolucionário, ainda no início da organização de Moçambique como um Estado independente e soberano. Nesta altura, trabalham em forma conjunta os serviços secretos rodesianos e sul-africanos, até que a vitória do povo do Zimbábue sobre o regime ilegal, racista e minoritário de Smith e Muzorewa obriga a que o grupo composto por mercenários e traidores troque definitivamente de pátrio.

Como acentuaram publicações internacionais, uma prova mais da verdadeira origem do MNR surgiu na própria África do Sul e dentro de uma unidade militar. Em 1981, Afonso Dhlakama, o dirigente nominal da organização sul-africana foi empossado no cargo de coronel do Exército racista, o acto teve lugar na localidade de Phalaborwa e esteve a presidir-lo o general Magnus Malan. De acordo com a notícia divulgada pelo Centro de Informação e Documentação «Amílcar Cabral», em Lisboa, o titular da pasta da Defesa declarou textualmente ao fantoche que o seu grupo «é uma parte das forças de defesa sul-africanas».

Outras evidências do verdadeiro carácter do MNR de Pretória são com frequência fornecidas por desertores e fugitivos dos bandos armados, que relatam, com riqueza de detalhes, o esquema de infiltração em território moçambicano. Como se todos estes dados não fossem suficientes — inclusive a declaração muito clara de Malan —, basta recordar a colecção de documentos deixada em Garápa por membros deste grupo quando, em forma precipitada, fugiam de um ataque desfechado pelas Forças Populares. Uma acta de reunião realizada com o coronel Van N'ikeke dava conta das instruções dadas pelo governo racista para criar distúrbios nas principais cidades do país.

As denúncias formuladas por trabalhadores que caíram nas mãos destes bandos não deixam a menor dúvida quanto aos métodos violentos empregados contra a população indefesa. As agressões, as mutilações e os assassinatos — como mais de uma vez já foi dito — constituem uma resposta à recusa do novo moçambicano em colaborar com estes instrumentos dos racistas de Pretória. Em cumprimento das ordens distribuídas pelos chefes militares do regime do apartheid, tais grupos transformam os locais por onde passam em cenário de terror.